

A questão da autoria e da morte do autor

The question of authorship and the death of the author

Resumo: Este texto recupera uma interessante discussão sobre autoria iniciada na França há cerca de quarenta anos. Na primeira parte deste debate, Barthes defende “A morte do autor” em artigo do mesmo nome. Em seguida, Foucault rebate o colega em seu já clássico “O que é um autor?”. Estas duas reflexões sobre autoria na escritura são instauradoras de inúmeros discursos sobre design autoral principalmente nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Barthes; Foucault; Morte do autor; O que é um autor?

Abstract: This text revives an interesting discussion about authorship that initiated in France about forty years ago. Setting off this debate, Barthes defended “The death of the author” in his article of the same name. Next, Foucault countered his colleague in his classic “What is an author?”. These two reflections on authorship in writing have introduced numerous debates on authorial design especially in the United States.

Key-Words: Barthes; Foucault; Death of the author; What is an author?

Detesto a expressão “meu livro”: vejo a essência da vaidade pela qual um sujeito se vangloria de qualidades que os outros lhe conferem, uma vez que ele mesmo é um Outro. O livro não é mais o “meu pensamento”, uma vez que este se tornou um objeto no meio do mundo, algo que pertence aos outros e me escapa — André Gorz

Nas mais de quatro décadas nas quais tenho produzido interlocuções com o mundo muitos artistas e intelectuais fizeram a diferença porque deixaram sua marca na história recente colocando à prova estruturas tradicionais da arte e da cultura em geral. Estas diferenças me afetaram em definitivo.

Nascer em uma pequena cidade de um grande país praticamente à margem destas mudanças históricas tanto nos marginaliza quanto nos exige posicionamentos. Não, não vivemos os requintes do racionalismo de Ulm em suas versões mais dogmáticas. Não, não sentamos apartados dos negros em bancos de ônibus nem nos engajamos em movimentos de contracultura. Não, o espírito brasileiro dos anos sessenta não mandou nossos homens à guerra nem queimou os suítãs da maioria das mulheres que hoje saboreiam com suas filhas as conquistas obtidas e que, no entanto, têm uma lembrança muito turva daquelas barricadas há pouco celebradas por seus quarenta anos.

Nascer entrincheirados pela própria condição geográfica nos defendeu de quê? E onde nos levou? Nascer aqui ou lá faz realmente diferença neste mundo multicultural? Pensadores franceses que viveram tais barricadas como Michel Maffesoli (2006) posicionam o Brasil como o laboratório da pós-modernidade. Temos a hipótese que não viver sob a égide da razão nos lançou *corporeamente* aos braços deste novo viés cultural (desta nova forma de pensamento) denominado pós-moderno, contudo pagamos até pouco tempo atrás o preço de não sermos considerados um país sério (observação que *nós* não levamos a sério). Marginalizados ou não, posicionados ou não, fomos afetados. E fomos afetados tanto quanto aqueles nascidos em meio às tais mudanças porque aqueles artistas e aqueles intelectuais criaram obras que nos contagiaram e que, por isso, perduram. Aqueles artistas e aqueles intelectuais aumentaram os signos então existentes, ampliaram nossas linguagens e “fizeram crescer” – conforme a etimologia da

palavra autor mais longinquamente nos remete – suas (nossas) obras. Obras autorais. Se por alguma razão fossem estas obras menos pessoais e então, mais neutras e menos singulares, teriam perdurado? Teriam atravessado mais de quatro décadas tão frescas em seu ardor?

Se Roland Barthes escreveu “A morte do autor”, em 1968, em prol do nascimento do leitor com a discreta pretensão de ter sua autoridade desvinculada da obra, nós, *leitores*, não estaríamos aqui reclamando sua presença. Um ano depois, em *O que é um autor?*, Michel Foucault renova o significado do termo. Contudo, adverte ao conterrâneo que autores não toleram tamanha liberdade aos leitores. Iniciado o confronto, esmiucemos estes polêmicos e fundamentais discursos.

Em Barthes, começemos pelo fim. Para o autor, o mito deve ser invertido: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 2004, p. 65). Isto posto, precisamos entender que, para Barthes, o autor não vem antes de seu livro como um pai vem antes do filho porque o único tempo que existe é o da enunciação. Quem era este sujeito, onde viveu, o que sentia, não mais interessa. O que importa é o aqui e o agora da enunciação. Escrever seria, então, um performativo. Neste raciocínio, a linguagem assume o lugar que era, até então, de seu proprietário porque “(...) é a linguagem que fala, não o autor” (BARTHES, 2004, p. 59) e, por essa razão, não devemos buscar explicação da obra em quem a produziu como se apenas ele pudesse revelar seus segredos. Segundo Barthes, a linguagem não é feita para produzir um único sentido, mas é um espaço cheio de multiplicidade (o que os estadunidenses acabam traduzindo por *tissue of quotations*). O que tece sua trama são fios de milhões de culturas diferentes; o autor até tem o poder de mesclar essa trama, mas não tem controle sobre tais fios. O gesto da escritura sempre existiu e, portanto, o autor não inaugura nada. Quem fala, quem escreve, quem pinta, quem projeta, quem filma, já não importa mais

(...) pela simples razão que a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve (BARTHES, 2004, p. 57).

Desligado o autor, desaparecido como não o era há alguns séculos (afinal, o prestígio da pessoa humana começa na Idade Média), torna-se inútil decifrar seu texto. Na escritura múltipla seus fios devem ser desenredados, desfiados ou aclarados; mas nunca decifrados porque seus sentidos não cessam jamais. Detê-los significa interromper a semiose, significa compreender unilateralmente. Os personagens das tragédias gregas assim o fazem com as palavras de duplo sentido daí que, para Barthes, o trágico é justamente os perpétuos mal-entendidos. Entretanto, o autor nos sugere, enfim, que existe alguém capaz de entender cada palavra em sua duplicidade: o leitor. Por isso o texto se torna uno em seu destino, e não em sua origem. Para finalizar o estudo deste primeiro ensaio apresentamos um resumo escrito pelo próprio autor:

Assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde esta multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura (...) (BARTHES, 2004, p. 64).

Em Foucault, primeiro as coisas primeiras. Segundo o autor, a morte do autor não aconteceu. Duas noções que substituíram o suposto espaço deixado pelo autor acabam, na realidade, bloqueando a verificação de seu desaparecimento e fazendo com que, paradoxalmente, ainda seja preservado. A primeira seria a noção da obra: a teoria da

obra não existe e são milhares as questões que a envolvem, como podemos avaliar no enunciado “De tal forma que não basta afirmar: deixemos o escritor, deixemos o autor, e estudemos a obra em si mesma. A palavra “obra” e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas como a individualidade do autor” (FOUCAULT, 1992, p. 39). A segunda seria a noção da escrita: o estatuto atual não considera nem o gesto de escrever e nem qualquer marca de algo que alguém possa ter querido dizer, isto é, apenas se pensa a condição, o espaço e o tempo de um texto. “Pergunto-me se, reduzida por vezes ao uso corrente, esta noção não transpõe para um anonimato transcendental os caracteres empíricos do autor” (FOUCAULT, 1992, p. 40). Se apenas se pensa a condição, o espaço e o tempo de um texto, o autor passa de uma realidade a uma transcendência o que acaba tornando-o, contraditória e paradoxalmente, aurático. O que interessa a Foucault é investigar este espaço vazio deixado pelo *desaparecimento* do autor e as funções livres que aí se descobrem.

Quanto ao nome do autor, Foucault considera que sua ligação com o que nomeia não é isomórfica: ele não é um nome próprio como todos os outros porque caracteriza o discurso. O nome do autor não é apenas um elemento deste discurso, ele exerce um papel, classifica; seu nome pode reagrupar em torno de si outros textos, faz com que outros discursos se relacionem ou se oponham. O nome do autor

(...) indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, 1992, p. 45).

Em seu ensaio, Foucault faz uma análise do autor apresentando as categorias básicas do que ele chama função autor e os proble-

mas advindos com as ideias convencionais da autoria e da criação em sua origem. Retirando do autor o papel de fundamento originário Foucault o analisa como uma função complexa e variável. A função autor, uma das possíveis especificações da função sujeito, é o que permite que os discursos se organizem numa sociedade, portanto é uma função ligada aos sistemas legais e institucionais o que possibilita que qualquer indivíduo ocupe tal posição. Sendo assim, os autores podem ser considerados iniciadores, ou instauradores, de práticas discursivas que tanto produzem suas próprias obras quanto a possibilidade de outros textos. Se qualquer indivíduo pode ocupar a posição de autor ocorre-nos que a questão dos direitos autorais entre autores e editores mereceria uma reflexão bastante atenta, tarefa que nos dedicamos em outra oportunidade.

Numa sociedade existem discursos providos da função autor enquanto que existem outros desprovidos. Para Foucault (1992, p. 46) “A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” e a partir daí começa a analisar a função autor e reconhece nela quatro características mais visíveis e mais importantes.

Primeiramente, são objetos de apropriação. Antes de serem bens de propriedade os discursos eram atos, gestos. Foucault analisa o modo como o autor foi individualizado na cultura moderna justamente no momento que passa a ser punido se seu discurso for considerado transgressivo (lembrem que, historicamente, o homem é uma invenção recente).

Como segunda característica, a função autor não se exerce de forma universal ou constante. Nos tempos em que os textos eram anônimos sua antiguidade era garantia de autenticidade. Já os textos que hoje chamamos de científicos só tinham valor de verdade na Idade Média se fossem assinalados com o nome do autor. Essas assinaturas é que eram os indícios da prova. Mais tarde, nos séculos

XVII ou no XVIII, desaparece a função autor e o que importa é o discurso científico em si e “é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu” (FOUCAULT, 1992, p. 49). Já a literatura deve ser provida da função autor, e até hoje nela não suportamos o anonimato.

Em terceiro lugar, a função autor não se forma de modo espontâneo, atribuindo a um discurso um indivíduo. O autor é resultado de uma operação complexa. O que faz do indivíduo um autor, para Foucault (1992, p. 51), “é apenas a projecção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos”. Tanto as aproximações quanto as exclusões que operamos em tais tratamentos variam de acordo com a época e com os tipos de discurso. Foucault (1992, p. 54) considera que existe uma invariável na construção do autor no que se refere aos critérios que a crítica moderna usa para reencontrar o autor à semelhança dos usados pela exegese cristã: “Em suma, o autor é uma espécie de foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, se manifesta da mesma maneira, e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos, etc.”.

Como quarta e última característica diagnosticada, no caso dos discursos providos da função autor, estes signos

(...) nunca reenviam exatamente para o escritor, nem para o momento em que ele escreve, nem para o gesto da sua escrita; mas para um “alter-ego” cuja distância relativamente ao escritor pode ser maior ou menor e variar ao longo da própria obra. (...). De facto, todos os discursos que são providos da função autor comportam esta pluralidade de “eus” (FOUCAULT, 1992, p. 54).

Quanto aos autores como instauradores de práticas discursivas, Foucault apregoa a transdiscursividade, ou seja, alguns autores não criaram apenas suas obras, mas produziram algo mais; “a possibili-

dade e a regra de formação de outros textos (...) eles estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos (...) a sua função de autor excede a sua própria obra” (1992, p. 58). Além disso, esses fundadores de discursos tornam possível a diferença, abrem espaço para textos e enunciados diferentes de sua obra, mas que pertencem ao que fundaram. Como uma teoria, por exemplo.

Para finalizar a abordagem deste segundo ensaio também apresentamos um resumo escrito pelo próprio autor:

(...) a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização, não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de oposições específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, 1992, p. 56).

Por fim, trazemos a contribuição do filósofo Giorgio Agamben que repensa, quase quatro décadas depois, as ainda controvertidas relações entre autor, leitor e obra. Em seu ensaio “O autor como gesto” (2007, p. 55-63), Agamben aponta que, ao investigar a função autor e não o autor enquanto indivíduo, Foucault – que tinha plena consciência da aparente diferença e confusão que seus textos podiam suscitar –, jamais disse que o autor não existia. A função autor é um processo de subjetivação que faz com que um indivíduo seja identificado como autor de um número de textos. Para Agamben, toda a escritura – toda a linguagem – é um dispositivo e a história dos homens é a história de seus embates com estes dispositivos. Nesta coalizão se produz subjetividade: ao enfrentar a linguagem o homem produz *gestos* que

indicam o quanto é indivisível a ela. Com a leitura que faz da subjetividade, Agamben recupera o *gesto* presente e esquecido na sentença de Beckett retomada por Foucault: “que importa quem fala, alguém disse, que importa quem fala?”.

Há, por conseguinte, *alguém* que, mesmo continuando anônimo e sem rosto, proferiu o enunciado, alguém sem o qual a tese, que nega a importância de quem fala, não teria podido ser formulada. O mesmo gesto que nega qualquer relevância à identidade do autor afirma, no entanto, a sua irreduzível necessidade (AGAMBEN, 2007, p. 55).

Com esta estética do gesto e com este pensamento não separatista – ao contrário, associado, dialógico e de certa forma pró-alteridade – Agamben (2007, p. 62) nos auxilia a finalizar esta questão ao declarar que “O lugar – ou melhor, o ter lugar – do poema não está, pois, nem no texto nem no autor (ou no leitor): está no gesto no qual autor e leitor se põem em jogo no texto”.

Após termos analisado os dois polêmicos ensaios de Barthes e Foucault podemos considerá-los como instauradores de uma teoria. Sim, porque tais textos fundaram um modo de olhar que até hoje torna possível novos discursos acerca de autoria o que inclui, por exemplo, a estética do gesto de Agamben, inúmeros discursos sobre autoria no design produzidos principalmente nos Estados Unidos nos anos 1990 – inaugurando uma nova “corrente” na área – e, claro, as pesquisas que construímos. Em nossa avaliação estes textos também são instauradores pelo fato de serem obras autorais. São obras pessoais e singulares e ao mesmo tempo obras que incluíram as relações de alteridade que mantiveram – tais como todas as transformações sociais e culturais ocorridas em 1968 – e cujo frescor celebramos há mais de quarenta anos.

O restante do aporte teórico, presentes em nossas pesquisas recentes, e que viemos publicando (WEYMAR, 2010), se refere a muitos outros textos que se originaram desta instauração e que não mais se vinculam à questão da autoria na escritura, mas sim *no design*, principalmente os ensaios dos teóricos de design Michael Rock e Rick Poyner. A contribuição da escola francesa foi seminal para a construção do atual pensamento estadunidense e britânico em design.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: _____.
Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Roland Barthes).
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor.** Lisboa: Vega, 1992.
- MAFFESOLI, Michel. **Seminário Sociologia Compreensiva, Razão Sensível e Conhecimento Comum.** (Notas de aula). Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- WEYMAR, Lúcia Bergamaschi Costa. **Design entre aspas:** indícios de autoria nas marcas da comunicação gráfica. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade dos Meios de Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2010.